GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS

CNPJ Nº 92.952.043/0001-95

Av. Praía de Belas, 1768 - Porto Algre - RS

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, o Relatório da Administração com as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS, PRODUTOS E SERVIÇOS: A Companhia tem por objetivo principal a armazenagem de produtos agrícolas de terceiros. Foi dada ênfase a armazenagem de grãos dos produtores, aumentando a rentabilidade, mesmo com a desativação de algumas unidades. Sem a política federal de estoques reguladores, ocorreu redução drástica das operações com a CONAB, com reflexos na Receita da Empresa. POLÍTICA DE GESTÃO: Implementamos austero controle das despesas, reativando a Auditoria Interna e recuperando a credibilidade junto aos fornecedores. Aumentamos os controles internos, e intensificamos a fiscalização de controle dos estoques, evitando o pagamento de indenizações de produto armazenado. A gestão da receita e despesa permitiu à Companhia responder pelo seu custeio no exercício, com recursos próprios, sem atrasar fornecedores e folha de pagamento. RECURSOS HUMANOS: Implementamos a prorrogação de 50% dos contratos emergenciais por mais um ano, para suporte das operações nas filiais, juntamente com os 57 servidores do quadro permanente, 9 CCs com eventuais estagiários e safristas. REORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO: Com nova coordenação, foram licitadas empresas para representar a CESA na disputa jurídica específica do Piso Salarial com demanda de substancial valor, bem como outra terceirizada junto à Justiça do Trabalho, representando a Companhia em 333 Ações Trabalhistas em curso. FUNDAÇÃO SILIUS: Realizadas gestões e negociações que viabilizaram o levantamento da intervenção da Previc no Fundo de Pensão dos Empregados da CESA, normalizando o pagamento da contribuição devida e da amortização da dívida histórica negociada. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS: Diagnóstico realizado e com atualização do Inventário Patrimonial, determinou a manutenção dos serviços de dez unidades ativas e não deficitárias, com reformas e manutenção das balanças, secadores e silos, especialmente na filial de Rio Grande, com a instalação do tombador, obra iniciada em 2009 , concluída em 2016 e recuperação do telhado. PROJETOS E PERSPECTIVAS: Dentro do Programa de Transição proposto pelo Acionista Majoritário, tendo atingindo 90% das 15 metas propostas para 2015, a Diretoria dá ênfase à preservação do patrimônio e destino (arrendamento ou venda) das unidades desativadas de Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Bárbara, Estação e Nova Prata, bem como dos hortos florestais ocupados. Gestões realizadas junto aos produtores e comunidades das sedes de seis unidades que apresentam resultados não satisfatórios determinarão até o final do exercício de 2016, a recuperação ou inativação com arrendamento/venda dos ativos, para atendimento do passivo trabalhista. Nas unidades remanescentes ativas e superavitárias, preservamos a excelência do atendimento aos clientes, qualidade e garantia dos serviços, bandeiras históricas da empresa. AGRADECIMENTO; A Diretoria manifesta seu agradecimento à colaboração recebida ao longo do exercício, dos nossos parceiros comerciais, fornecedores, servidores e instituições pelo apoio e confiança, em especial dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pelo cumprimento de suas atribuições. Porto Alegre, 19 de junho de 2016. **Carlos Vanderley Kercher - Diretor Presidente. Idivar Francisco Appio - Diretor Administrativo e Financeiro.Lúcio do Prado Nunes - Diretor Técnico Comercial .**

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)

Conta	31/12/2015 R$	31/12/2014 R$
ATIVO		
CIRCULANTE	**214.930.854,94**	**63.039.967,72**
DISPONIBILIDADES	**11.229,69**	**82.480,43**
Caixa Geral	7.526,65	8.344,52
Bancos Conta Movimento	3.703,04	74.135,91
CRÉDITOS	**9.892.800,97**	**9.538.505,28**
Créditos de Clientes	5.019.556,28	4.076.608,89
Títulos e Créditos a Receber	491.025,90	494.441,22
Impostos a Recuperar	4.325.896,25	4.967.455,17
Tributos a Restituir	56.322,54	
ESTOQUES	**205.026.824,28**	**53.418.982,01**
Estoques Materiais de Consumo - Almoxarifado	231.629,88	222.515,48
Estoques Prod. Agrícolas Próprio	0,00	86.507,20
Estoques Prod. Agrícolas Consignado(Terceiros)	204.711.516,52	53.020.826,23
Estoques de Insumos	83.677,88	89.133,10
NÃO CIRCULANTE	**205.142.847,02**	**101.912.233,61**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**10.151.198,57**	**9.009.957,17**
Depósitos Compulsórios	454.410,73	454.410,73
Depósitos Judiciais	9.696.787,84	8.555.546,44
INVESTIMENTOS	**46.073,08**	**48.810,39**
Participações em Outras Sociedades	42.659,04	45.396,35
Participações por Incentivos Fiscais	4.557,18	4.557,18
Provisões p/Perdas em Investimentos	-1.143,14	-1.143,14
IMOBILIZADO	**194.806.445,45**	**92.714.336,13**
Bens em Operação	223.686.740,02	109.881.452,34
Obras em Andamento	0,00	38.316,77
Outras Imobilizações	0,00	815.268,60
Depreciações Acumuladas	-28.880.294,57	-68.511.830,88
Reavaliações de Imóveis	0,00	67.989.668,37
Deprec. Acumulada - Reavaliações	0,00	-17.498.539,07
INTANGÍVEL	**139.129,92**	**139.129,92**
Marcas e Patentes	4.379,92	4.379,92
Software ou Programa de computador	134.750,00	134.750,00
TOTAL ATIVO	**420.073.701,96**	**164.952.201,33**

Conta	31/12/2015 R$	31/12/2014 R$
PASSIVO		
CIRCULANTE	**226.918.435,72**	**73.992.740,10**
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	**226.918.435,72**	**73.992.740,10**
Obrigações por Empréstimos e Financiamentos	6.156.713,99	6.432.123,49
Obrigações Operacionais	208.187.588,87	56.706.966,32
Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	3.866.905,74	3.963.926,91
Obrigações Tributárias a Recolher	8.707.227,12	6.889.723,38
NÃO CIRCULANTE	**527.486.326,47**	**348.793.742,99**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**527.486.326,47**	**348.793.742,99**
Obrigações por Empréstimos e Financiamentos	46.994.233,03	83.560.313,84
Obrigações Operacionais	6.300.000,00	6.300.000,00
Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	2.485.447,69	2.951.190,11
Obrigações Tributárias a Recolher	10.845.957,98	15.946.163,61
Provisões e Passivos Contingentes	253.490.004,96	63.193.392,62
Adiantamento p/Aumento de Capital Social	207.370.682,81	176.842.682,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**-334.331.060,23**	**-257.834.281,76**
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	**193.337.426,39**	**193.337.426,39**
Capital Autorizado	350.000.000,00	350.000.000,00
(-) Capital a Integralizar	-156.662.573,61	-156.662.573,61
RESERVA DE CAPITAL	**8.903.199,55**	**8.903.199,55**
Créditos p/Aumento de Capital	8.903.199,55	8.903.199,55
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	**173.455.105,80**	**59.150.200,18**
Reserva Reavaliação - Edificações	0,00	42.307.504,11
Reserva Reavaliação - Terrenos	0,00	16.842.696,07
Ajuste Patrimonial	173.455.105,80	0,00
LUCRO/PREJUIZOS ACUMULADOS	**-710.026.791,97**	**-519.225.107,88**
Prejuízos Acumulados	-521.933.277,45	-493.903.309,43
Prejuízo do Exercício	-188.093.514,52	-25.321.798,45
TOTAL PASSIVO	**420.073.701,96**	**164.952.201,33**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (EM REAIS)

Conta	31/12/2015 R$	31/12/2014 R$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**21.058.467,89**	**24.987.193,53**
Receitas de Serviços	18.151.237,48	22.844.736,77
Venda de Produtos	2.907.230,41	2.142.456,76
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	**2.018.179,36**	**2.738.510,44**
Devoluções e Abatimentos	32.432,98	0,00
Impostos e Contribuições	1.985.746,38	2.738.510,44
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**19.040.288,53**	**22.248.683,09**
CUSTO SERVIÇOS/PRODUTOS VENDIDOS	**17.838.621,91**	**20.135.734,90**
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	**1.201.666,62**	**2.112.948,19**
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	**179.276.380,97**	**25.240.366,89**
Despesas c/Pessoal	6.221.194,87	5.005.599,78
Materiais e Serviços	1.882.008,05	2.254.020,77
Despesas Tributárias	16.673,48	21.692,05
Depreciações	103.131,29	103.590,12
Outras Despesas Operacionais	171.495.714,43	18.086.153,72
(-) Outras Receitas Operacionais	-442.341,15	-230.689,55
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	**-178.074.714,35**	**-23.127.418,70**
Despesas Financeiras	3.524.964,17	2.319.397,48
(-) Receitas Financeiras	-133.827,40	-125.017,73
RESULTADO OPERACIONAL	**-181.465.851,12**	**-25.321.798,45**
Despesas não Operacionais	6.627.663,40	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**-188.093.514,52**	**-25.321.798,45**
QUANTIDADE DE AÇÕES (LOTE DE MIL)	**815.883.296,13**	**815.883.296,13**
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES	**-0,22**	**-0,03**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA -MÉTODO INDIRETO (EM REAIS)

Componentes	31/12/2015 R$	31/12/2014 R$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-188.093.514,52	-25.321.798,45
AJUSTES AO RESULTADO LÍQUIDO:	-59.838.244,95	2.627.191,85
Depreciação do Exercício	-57.130.075,38	3.014.674,70
Ajuste de Exercício Anteriores	-2.708.169,57	-387.482,85
AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO PASSIVO:		
Redução/Aumento de Créditos e Estoques	-151.962.137,96	32.464.360,73
Aumento Realizável Longo Prazo	-1.141.241,40	-1.211.773,21
Redução Passivo Circulante	152.925.695,62	-33.805.859,01
Aumento Exigível a Longo Prazo	-42.132.028,86	-37.186.198,87
Variação Provisões e Passivos Contingentes	190.296.612,34	8.362.134,25
Adiantamento para aumento de Capital	30.528.000,00	54.244.478,87
CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	178.514.899,74	22.867.142,76
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisições de Ativo Imobilizado	-44.959.296,63	-102.016,99
Ajuste de Avaliação Patrimonial	114.304.905,62	0,00
CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	69.345.608,99	-102.016,99
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	-71.250,74	70.519,17
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	82.480,43	11.961,36
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	11.229,69	82.480,43
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**-71.250,74**	**70.519,07**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM REAIS)

CONTAS/MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL			RESERVA DE CAPITAL	RESERVA AVAL PATRIMONIAL			LUCRO/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Capital Autorizado	Capital a Emitir e Subscrever	Capital Subscrito e Integralizado	Crédito p/ Aumento Capital	Reavaliação de Edificações	Reavaliação de Terrenos	Ajuste Patrimonial		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**350.000.000,00**	**-156.662.573,61**	**193.337.426,39**	**8.903.199,55**	**42.307.504,11**	**16.842.696,07**	**0,00**	**-493.515.826,58**	**-232.125.000,46**
Ajustes de Exercícios Anteriores								-387.482,85	-387.482,85
Resultado do Exercício								-25.321.798,45	-25.321.798,45
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**350.000.000,00**	**-156.662.573,61**	**193.337.426,39**	**8.903.199,55**	**42.307.504,11**	**16.842.696,07**	**0,00**	**-519.225.107,88**	**-257.834.281,76**
Ajuste Patrimonial							**173.455.105,80**		173.455.105,80
Ajustes de Exercícios Anteriores								-2.708.169,57	-2.708.169,57
Resultado do Exercício								-188.093.514,52	-188.093.514,52
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**350.000.000,00**	**-156.662.573,61**	**193.337.426,39**	**8.903.199,55**	**0,00**	**0,00**	**173.455.105,80**	**-710.026.791,97**	**-334.331.060,23**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA é uma sociedade anônima de economia mista, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio – SEAPA, e tem no Estado do Rio Grande do Sul o seu acionista majoritário. Foi criada em dezembro de 1952, com a finalidade de suprir o setor agrícola de uma infraestrutura de armazenagem, assegurar uma conveniente estocagem, tratamento e preservação de produtos confiados a sua guarda, regular o fluxo e facilitar a sua comercialização, e não está enquadrada como Empresa de Grande Porte, nos termos da Lei n° 11.638/07.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO AS NORMAS INTERNACIONAIS: a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76, adotando as alterações promovidas pelas Leis: 11.638/07 e 11941/09 e dentro de nosso contexto operacional observando a adequação às normas internacionais de contabilidade. b) As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis(CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade(CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração des demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Os Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimonio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009. b) A fim de atender as determinações da Lei 11.638/2007 e legislações fiscais pertinentes foi realizado o inventário ou Levantamento Físico de todas as unidades da CESA, com a conciliação físico x contábil, processo pelo qual se fez a auditoria e saneamento da base contábil, apontando as sobras contábeis a serem segregadas do processo de análise e baixadas, excluindo dos reflexos contábeis as depreciações de bens inexistentes. c) A obrigatoriedade da realização do inventário está contida no item 34 do ICPC 10 que determina a necessidade da verificação in loco para a localização física e correlação com os registros contábeis ou razões auxiliares, pois os resultados do inventário patrimonial podem trazer números inesperados, ou seja, sobras contábeis em quantidades relevantes que impactem de forma significativas nos resultados contábeis e por consequência refletindo nos resultados dos trabalhos. d) Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a administração da entidade pode identificar bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação, relevância essa medida em termos de provavel geração futura de caixa e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo (conforme definido no item 8 - Definições - do Pronunciamento CPC 04) em seus saldos iniciais. IPC10-21. Os principais pontos a serem considerados na contabilização dos ativos imobilizados são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e as perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos. Assim, todos os procedimentos inerentes às determinações expressadas nas Leis nºs 11.638/2007, da Resolução nº 1.159 de 13/02/2009 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e do Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 01,27,37 e 43, inclusive o Teste de Impairement, foram realizados no exercício de 2015. e) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias, à indices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes. f) Estoques: O estoque de insumos e material de consumo é avaliado pelo método Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (PEPS) e os estoques de produtos agrícolas próprios e consginados (terceiros) são avaliados ao preço de mercado. g) Intangível O intangível está representado por investimentos em marcas e patentes e softwares.

4. CAIXA E BANCOS: A conta Caixa da filial instalada no município de Santa Vitória do Palmar apresenta saldo de R$ 1.853,24 e passará por diligência em 2016 para apurar possíveis inconsistências, e seu efeito será conhecido no próximo exercício social.

5. CRÉDITOS DE CLIENTES: Correspondem ao valor de realização de prestação de serviços de armazenagem e vendas de produtos agrícolas próprios a prazo.

6. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER: O grupo de Títulos e Créditos a Receber está assim composto:

Títulos e Créditos a Receber	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Devedores Operacionais (a)	491.025,90	-	491.025,90	488.403,96
Adiantamentos (b)	-	-	-	6.037,26
Totais	**491.025,90**	**-**	**491.025,90**	**494.441,22**

(a) A conta Devedores Operacionais está assim composta:A conta Adiantamentos está assim composta:

Devedores Operacionais	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Valores a Recuperar	-	-	-	4.148,88
INSS a Recuperar	125.087,97	-	125.087,97	124.903,10
Penhoras Judiciais	342.536,61	-	342.536,61	342.536,61
Outros Devedores	23.401,32	-	23.401,32	16.815,37
Totais	**491.025,90**	**-**	**491.025,90**	**488.403,96**

(b) A conta Adiantamentos está composta por:

Adiantamentos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamentos p/Funcionários	-	-	-	0,90
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	6.036,36
Totais	-	-	-	6.037,26

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS: A conta Depósitos Judiciais decorrente de interposição de recursos, está composta por:

Depósitos Judiciais	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Depósitos Judiciais Trabalhistas	-	8.990.737,41	8.990.737,41	7.849.496,01
Outros Depósitos	-	92.672,26	92.672,26	92.672,26
Valores Bloqueados	-	613.378,17	613.378,17	613.378,17
Totais	**-**	**9.696.787,84**	**9.696.787,84**	**8.555.546,44**

8. IMPOSTOS A RECUPERAR: Estes valores carecem de um serviço específico de levantamento dos créditos fiscais a recuperar. O grupo está assim composto:

Impostos a Recuperar	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
FEDERAL	3.089.725,20	-	3.089.725,20	3.719.670,74
Imposto de Renda Retido na Fonte(IRRF) a Compensar	2.318.222,24	-	2.318.222,24	2.717.846,25
Contrib. p/Financ. da Seg. Social (COFINS) a Compensar	335.701,56	-	335.701,56	503.607,61
Programa de Integração Social (PIS) a Compensar	10.067,47	-	10.067,47	46.394,59
Contr.Social sobre o Lucro Líquido(CSLL) a Compensar	425.733,93	-	425.733,93	411.433,57
Pagamentos Indevidos - Lei 11.941/09	-	-	-	38.801,25
FGTS a Recuperar	-	-	-	1.587,47
ESTADUAL	1.235.962,62	-	1.235.962,62	1.241.796,67
ICMS a Recuperar	1.235.962,62	-	1.235.962,62	1.241.796,67
MUNICIPAL	62.310,30	-	62.310,30	5.987,76
Imp.s/Serviços de Qualquer Natureza(ISSQN) a Compensar	1.558,30	-	1.558,30	1.558,30
Impostos a Restituir - 2014-RFB	56.322,54	-	56.322,54	-
Outros Impostos a Recuperar	4.429,46	-	4.429,46	4.429,46
Totais	**4.387.998,12**	**-**	**4.387.998,12**	**4.967.455,17**

9. IMOBILIZADO Os valores do imobilizado após a adequação a Lei 11638:

Imobilizado	31/12/2015 Total	31/12/2014 Total
Equipamentos	29.266.591,23	34.823.429,53
Material Permanente	1.524.572,50	1.770.924,33
Edificacoes	82.435.222,62	52.934.283,59
Terrenos	110.162.109,11	1.903.402,19
Veiculos Automotores	298.244,56	470.397,90
Depreciacoes Acumuladas de Equipamentos	-14.371.621,28	-25.595.229,92
Depreciacoes Acumuladas de Material Permanente	-299.993,89	-1.142.918,73
Depreciacoes Acumuladas de Edificacoes	-14.048.784,84	-41.326.462,39
Depreciações Acumuladas de Veículos	-159.894,56	-447.219,84
Totais	**194.806.445,45**	**23.390.606,66**

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Os saldos de R$ 8.211.121,31 (Circulante) e R$ 69.324.607,40 (Não Circulante) são compostos pelas seguintes contas:

Obrigações por Empréstimos e Financiamentos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Fundação Silius - Dív. Parcelada (a)	8.077.821,56	35.142.509,40	43.220.330,96	32.123.292,49
Dívida Créd. Rural Ac 27394887/09 (b)	85.903,14	730.176,69	816.079,83	951.249,06
CEEE Divida Parcelada	47.396,61	-	47.396,61	94.793,22
Arrendamento Mercantil - BRDE (c)	-	25.240.800,00	25.240.800,00	73.171.767,90
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer - BRDE	-	-	-	(16.348.665,34)
Totais	**8.211.121,31**	**61.113.486,09**	**69.324.607,40**	**89.992.437,33**

(a) Fundação Silius - Dívida parcelada: saldo composto de 73 parcelas remanescentes do total de 228 atualizado a taxa de juros de 0,5%am, corrigido pelo INPC até 31/12/2015, conforme instrumento contratual de repactuação de 30/09/2002 entre CESA e Fundação Silius. O valor original da dívida na assinatura do referido instrumento era de R$ 28.894.732,79 tendo como intervenientes anuentes: Secretaria de Agricultura do RS, Banrisul S/A e a Secretaria da Fazenda Estadual/RS. (b) Dívida Crédito Rural - Acordo nº 7909045 de 17/12/2015: O saldo refere-se a renegociação do Acordo 27394887/09 firmado em 10/09/2009 entre a CESA e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 20 (vinte) parcelas semestrais, com vencimento final em 26/06/2025. (c) Arrendamento Mercantil - BRDE: Refere-se a contrato de Arrendamento Mercantil com o BRDE,na qual foi homologado um acordo judicial de confissão de dívida, através do processo n° 001/1.06.0254836-9 da 3ª vara da Fazenda Pública.

11. OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS:
O saldo de Obrigações Operacionais está assim composto:

Obrigações Operacionais	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento de Clientes	2.746,82	-	2.746,82	2.746,82
Credores Operacionais	316.498,54	-	316.498,54	259.177,09
Fornecedores	1.883.204,68	-	1.883.204,68	2.144.759,82
Produtos Agrícolas de Terceiros - Armazenados	205.985.138,83	-	205.985.138,83	54.300.282,59
Adiantamento Resiliação Contratual	-	6.300.000,00	6.300.000,00	6.300.000,00
Totais	**208.187.588,87**	**6.300.000,00**	**214.487.588,87**	**63.006.966,32**

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS:
As Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais estão compostas por:

Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
Acordos Trabalhistas a Pagar	557.950,26	2.485.447,69	3.043.397,95	4.464.378,33
Salários e Encargos Sociais a Pagar	2.277.303,39	-	2.277.303,39	1.353.114,93
Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	1.031.652,09	-	1.031.652,09	1.097.623,76
Totais	**3.866.905,74**	**2.485.447,69**	**6.352.353,43**	**6.915.117,02**

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PARCELAMENTOS A RECOLHER:
As Obrigações Tributárias apresentam a seguinte composição:

Obrigações Tributárias e Parcelamentos a Recolher	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	
PIS/PASEP a Recolher	83.871,26	-	83.871,26	17.588,22
PIS - Parcelamento	2.326,26	-	2.326,26	5.311,74
COFINS - Parcelamento	-	-	-	30.516,68
COFINS A Recolher	374.523,86	374.523,86	82.397,97	
Tributos Federais Retidos	11.482,66	-	11.482,66	6.087,75
Parcelamento Lei 11.941	5.799.542,86	16.257.654,75	22.057.197,61	22.763.385,13
IPTU a Recolher	34.488,44	-	34.488,44	40.869,29
Multas Infrações Fiscais/Tributárias	94.664,24	-	94.664,24	-
IRRF a Recolher	1.644.722,53	-	1.644.722,53	1.575.265,37
ISSQN a Recolher	1.659.957,83	1.106.867,53	2.766.825,36	3.028.377,67
Multas - Parcelamento	-	-	-	6.549,96
INSS - Parcelamento	43.366,57	-	43.366,57	386.735,97
INSS - Processos Trabalhistas	-	8.827,61	8.827,61	8.827,61
(-)Juros a Incorrer s/ Parc. 11.941	-802.774,18	-6.242.065,67	-7.044.839,85	-4.881.494,67
(-) Juros a Incorrer s/Parc. INSS	-4.401,52	-23.495,28	-27.896,80	-233.263,00
(-) Juros a Incorrer s/Parc. Ordinários	-234.543,69	-261.830,96	-496.374,65	-1.268,70
Totais	**8.707.227,12**	**10.845.957,98**	**19.553.185,10**	**22.835.886,99**

continua>>>>>>>>>

continuação>>>>>>>>>

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS

CNPJ Nº 92.952.043/0001-95
Av. Praía de Belas, 1768 - Porto Algre - RS

cesa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

14. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: A Companhia possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas provisões estão assim constituídas:

Provisões e Passivos Contingentes	31/12/2015	31/12/2014
	Total	Total
Trabalhistas	238.341.398,28	48.168.337,25
Cíveis	15.148.606,68	15.025.055,37
Totais	**253.490.004,96**	**63.193.392,62**

a) No valor de R$ 225.722.909,93 são do processo trabalhista do TRT 4ª Região n° 00373-2005-014-04-00-4 da 14ª Vara doTrabalho de Porto Alegre, Reclamante SAGERS(Sindicato dos Auxiliares em Administração de Armazéns Gerais do RGS) relativamente a diferenças do piso salarial em fase de liquidação de sentença. Os Demais processos no valor de R$ 12.618.488,35, estão provisionados ao seu valor provável. b) No valor de R$ 15.148.606,68 referem-se aos processos cíveis provisionados ao seu valor provável.

15. ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL: O Saldo de R$ 207.370.682,81C (R$ 176.842.682,81 em 2014) refere-se a aportes do Estado destinados a cobrir insuficiência financeira da Companhia, e será transferido para o Capital Social integralizado após aprovação da Assembléia Geral, em processo que ocorrerá durante o próximo exercício social.

16. CAPITAL SOCIAL: O Capital Social autorizado da Companhia é R$ 350.000.000,00 estando subscrito e integralizado R$ 193.337.426,39 e a emitir R$ 156.662.573,61 cuja composição acionária está assim composta:

Acionistas	Tipos de Ações	Quantidade	R$	Participação (%)
Estado do Rio Grande do Sul	ON	815.323.526.715	193.204.779,57	99.931391
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	ON	341.082.874	80.825,36	0,041805
Banco Regional de Desenvolvimento - BRDE	ON	197.614.574	46.828,16	0,024221
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	ON	21.050.225	4.988,15	0,002580
Outros Acionistas	PN	21.738	5,15	0,000003
Totais		**815.883.296.126**	**193.337.426,39**	**100,00000**

17. CONTAS DE RESULTADO: As contas de resultado estão agrupadas segundo sua natureza para melhor demonstração, assim compostas:

17.1. CUSTO DOS SERVIÇOS/PRODUTOS VENDIDOS: Nos Custos de Serviços e Produtos Vendidos que totalizou o montante de R$ 17.838.621,91, foi feito a apropriação dos demais custos das filiais da Companhia, tais como: Despesas com Pessoal, Encargos Sociais, Custos com Materiais e Serviços de Manutenção nas Filiais, Depreciação dos Bens, Despesas Financeiras e Tributárias.

17.2. DESPESAS COM PESSOAL: As Despesas com Pessoal estão assim compostas:

Despesas com Pessoal	31/12/2015	31/12/2014
Proventos e Honorários	8.779.449,94	8.623.997,20
Previdência Social	2.280.903,76	2.326.753,17
Assistência Social	1.267.722,70	1.269.108,59
FGTS	651.843,70	630.590,25
Vale Alimentação e Transporte de Funcionários	1.404.266,50	1.406.987,74
(-) Transferido para Custo Serviços/Produtos Vendidos	-8.162.991,73	-9.251.837,17
Totais	**6.221.194,87**	**5.005.599,78**

17.3. DESPESAS COM MATERIAIS E SERVIÇOS: As Despesas com Materiais e Serviços estão assim compostas:

Despesas com Materiais e Serviços	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com Serviços de Terceiros	2.596.961,07	2.692.314,43
Despesas com Conservação e Funcionamento	3.391.772,90	3.233.247,86
Despesas com Expediente	269.533,50	417.996,49
Despesas com Publicações Legais	66.875,56	132.484,79
Despesas com Locomoção	216.796,71	308.423,95
Despesas Administrativas	324.562,34	373.988,39
Despesas com Custas, Taxas e Emolumentos	18.921,98	42.502,66
(-) Transferido para Custo Serviços/Produtos Vendidos	-5.003.416,01	-4.946.937,80
Totais	**1.882.008,05**	**2.254.020,77**

17.4. DESPESAS TRIBUTÁRIAS: As Despesas Tributárias estão assim compostas:

Despesas Tributárias	31/12/2015	31/12/2014
Tributos e Taxas Diversas	27.044,63	25.520,83
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	155.574,86	182.190,78
Imposto Territorial Rural - ITR	2.534,41	3.887,10
IPVA	5.923,49	1.400,60
ICMS	710,74	0,00
(-) Transferido para Custo Serviços/Produtos Vendidos	-175.114,65	-191.307,26
Totais	**16.673,48**	**21.692,05**

17.5. DESPESAS FINANCEIRAS: As Despesas Financeiras líquidas, abatidas as Receitas Financeiras, estão assim compostas:

Despesas Financeiras	31/12/2015	31/12/2014
Comissões e Despesas Bancárias	4.594,52	2.846,09
Multas e Encargos	181.267,58	24.854,92
Juros e Atualização sobre Valores Pagos e Incorridos	2.231.800,29	2.134.059,75
Multas indedutíveis	192.495,69	0,00
Juros e Atualização da Dívida - SILIUS	1.202.356,15	155.077,98
Descontos Concedidos	1.885,14	2.558,74
Totais	**3.814.399,37**	**2.319.397,48**
(-) Receitas Financeiras		
Juros Recebidos	7.498,45	31.872,95
Descontos Recebidos	1.524,51	85.326,65
Outras Receitas	124.804,44	-
Totais	**133.827,40**	**117.199,60**
Resultado Financeiro Líquido (despesas)	**3.680.571,97**	**2.202.197,88**

17.6. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS A despesa/receita líquida de Outras Receitas Operacionais está assim composta:

Outras Despesas Operacionais	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com Sentenças Trabalhistas e Cíveis	193.587.613,17	9.420.399,03
Processos Civeis - Passivos Contingentes	-31.582.302,56	0,00
Despesas com Ex-Autárquicos	9.429.159,18	8.624.157,91
Despesas com Custos e Taxas Processuais	58.127,28	41.596,78
Outras Despesas Operacionais	3.117,36	0,00
Totais	**171.495.714,43**	**18.086.153,72**
(-) Outras Receitas Operacionais		
Outras Receitas	442.341,15	230.689,55
Totais	**442.341,15**	**230.689,55**
Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	**171.053.373,28**	**17.855.464,17**

18. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS As despesas não operacionais são resultantes das baixas de bens do ativo imobilizado, oriundas do levantamento do inventário físico dos bens do ativo imobilizado praticado.

Carlos Vanderley Kercher
Diretor-Presidente
CPF: 438.683.390-00

Lúcio do Prado Nunes
Diretor Técnico-Comercial
CPF: 009.064.630-41

Idivar Francisco Appio
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 053.711.800-44

Sistemática CSL Serviços Gerenciais LTDA
CRC/RS 5.499 - CNPJ N° 01.729.264/0001-43
João Eduardo Raya Fontan
Contador CRC/RS 43.374/RS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS - CESA, reunido no dia 08 de julho de 2015 às 12hs, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado do Exercício, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, e dos registros contábeis pertinentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação integral de ditas peças, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 08 de julho 2015.

Ernani Polo, Presidente do Conselho.
Carlos Vanderley Kercher, Vice-Presidente do Conselho.
João Carlos Mocellin, Conselheira Titular.
André Lionir Petry, Conselheiro Titular.
Rômulo Marques Júnior, Conselheiro Titular.
Márcio Roberto Langer, Conselheiro Titular.
João Alberi Guedes, Conselheiro Titular.
Carlos Pereira de Carvalho, Conselheiro Titular.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS - CESA, reunido no dia 11 de julho de 2016, às 12 horas, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial Líquido, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração das Origens a Aplicações de Recursos, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e dos registros contábeis pertinentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, é de parecer que as peças examinadas traduzem, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando em condições de serem submetidas à apreciação da Assembléia Geral Ordinária, ressalvando-se a inexistência de parecer de auditores externos, tendo esta análise sido feita exclusivamente com base nos dados apresentados, dos quais destacamos especialmente a reavaliação dos ativos e a atualização dos passivos. Outrossim, existem valores de impostos a serem recuperados, o que nos leva a recomendar a abertura e atualização de tais números, identificando a origem e sua possibilidade de aproveitamento em pagamentos de impostos vincendos, medidas estas que levam em conta a orientação do Governo do Estado, através dos seus atos de gestão, visando à transparência, à eficiência e à economicidade, princípios que refletem a realidade econômica e administrativa atual.

Porto Alegre, 11 de julho de 2016.

Robinson Enio Cloth, Conselheiro Titular, Presidente do Conselho
Jivago Rocha Lemes, Conselheiro Titular, Secretário.
Luis Antônio Steglich Costa, Conselheiro Titular.
Paulo Sérgio Nunes, Conselheiro Titular
João Batista Tavares Conselheiro Titular

USP descobre em Ribeirão Preto talentos da Matemática

Thiago Neves Camargo trocou seus estudos em Franca, em São Paulo, pelo Ensino Médio na Batavia High School, na cidade de Batavia, nos Estados Unidos. Isso só foi possível graças ao seu potencial em Matemática. Camargo, 18 anos, participou desde 2010 da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), programa educativo gratuito para revelar jovens talentos. O Departamento de Computação e Matemática (DCM) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (Ffclrp) da USP é um dos polos que oferecem aulas aos participantes da olimpíada.

Uma equipe da Ffclrp oferece formação e qualificação para professores da rede pública de ensino que passam a desenvolver atividades com os medalhistas e alunos da rede pública selecionados para treinamento da Obmep. "Isso é muito importante para a contribuição da integração das escolas públicas com as universidades públicas. Os participantes podem conhecer a USP e o DCM. É uma forma de abrir as portas para o futuro desses jovens", diz o professor Tiago Henrique Picon, da Ffclrp. (Jornal da USP)

Câmara Municipal de Porto Alegre

EDITAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER ACERCA DO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM PORTO ALEGRE

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 03 de agosto de 2016, às 19 horas, no Teatro Glênio Peres da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido.

Gabinete da Presidência, 15 de julho de 2016.
Vereador Cássio Trogildo - Presidente.

ÚNICA SAÚDE S. A.

CNPJ-MF 11.745.947/0001-48 – NIRE 43300051676

CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs(as). Acionistas da Única Saúde S. A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 01/08/2016, às 09h00min, na sede da Companhia, na Rua Dr. Edmundo Lauffer, nº 299, sala 503, Bairro Bom Pastor, Igrejinha/RS, CEP 95.650-000, para deliberar a seguinte ordem do dia: **(1) Em AGO**: **(1.a)** tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015, publicadas, simultaneamente, no dia 22/06/2016, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul – Caderno da Indústria e Comércio (página 3) –, e no Jornal do Comércio – 2º Caderno/Publicidade Legal (página **1)** – e à disposição dos Acionistas na sede da Companhia desde aquela data; **(1.b)** deliberar e ratificar as destinações dos resultados dos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015; **(1.c)** eleger os membros da diretoria; **(2) Em AGE**: **(2.a)** deliberar acerca da alteração da sede da Companhia para a Rua General Emílio Lúcio Esteves, nº 1131, sala 408, Centro, Taquara, RS, CEP 95.600-000 e consequente adequação do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; **(2.b)** fixação da remuneração da diretoria; **(2.c)** Assuntos Gerais.

Igrejinha/RS, 21 de julho de 2016.
Bruno Rodrigo Ferreira – Presidente.

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL 03/2016
INSCRIÇÕES BOLSAS DE ESTUDOS PROGRAMA UNIPOA

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre torna público que no período de 20 a 23 de julho de 2016 estarão abertas as inscrições para as bolsas de ensino superior para o segundo semestre de 2016, em face do convênio UNIPOA, nas Instituições de Ensino Superior (IPES) **FTEC** e **IBGEN** conveniadas com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. As bolsas de estudo são destinadas a estudantes carentes, residentes em Porto Alegre, na forma prescrita no Decreto nº 16.736, de 15 de julho de 2010 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no site das Instituições.

Porto Alegre, 20 de julho de 2016
Cleci Maria Jurach,
Secretária Municipal de Educação/PMPA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Leopoldo

(FUNDADO EM 18 DE MARÇO DE 1956 – RECONHECIDO EM 24 DE FEVEREIRO DE 1958)
Base territorial nos municípios de: Canoas, Campo Bom e Novo Hamburgo
Sede Própria: Rua São Joaquim, 788 – Sala 301 – Edifício Eça de Queirós
Fone/Fax:(51)3589-3075–CEP:93010-190–SãoLeopoldo/RS–E-mail:stigsl@terra.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE SÃO LEOPOLDO vem pelo presente Edital, convocar os trabalhadores gráficos, associados ou não, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de Julho de 2016, na sede social à Rua São Joaquim, 788 – 301 em São Leopoldo, às 18:30 horas em primeira convocação e caso não haja número legal às 19:30 horas em Segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do Dia:

01- Leitura, discussão e apreciação do Relatório da Diretoria e da Prestação de Contas relativos ao exercício de 2015, com o parecer do Conselho Fiscal.
02- Leitura, discussão e aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2017, com o parecer do Conselho Fiscal.
03- Assuntos Gerais.

São Leopoldo, 29 de Julho de 2016.
Luís Alberto Flores de Freitas
Presidente

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

ABERTURA DE PREGÃO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Central de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda, torna pública a abertura da licitação abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 263/2016 - **PROCESSO 001.008045.16.0 –** para aquisição de materiais de ferragem, ferramentas, madeiras, persianas e peças para elevador SUR**.**
ABERTURA: às 9h do dia 04 de agosto de 2016 no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

JOSÉ OTÁVIO FERREIRA FERRAZ, Superintendente CELIC/SMF.

ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Central de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda, torna pública a alteração da data de abertura da licitação abaixo, para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PREGÃO ELETRÔNICO 231/2016 - PROCESSO 001.007612.16.8 REGISTRO DE PREÇO para eventual contratação de empresa especializada para serviços de reposição, manutenção e instalação de vidros para atender aos órgãos da Administração Pública Municipal de Porto alegre, conforme especificado em EDITAL.

ABERTURA: será às 10h do dia 03 de agosto de 2016, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

As demais disposições permanecem inalteradas.

JOSÉ OTÁVIO FERREIRA FERRAZ, Superintendente CELIC/SMF.